

Sarney dará prioridade

CARLOS CHAGAS

Começam a surgir, esta semana, sinais de que o presidente José Sarney reverá a estratégia do pacto político amplo a ser celebrado entre o governo e a Nação. Esse pacto não partiria mais de um entendimento global, do qual participassem previamente todos os segmentos nacionais, mas seria iniciado por setores. Numa segunda etapa é que se reuniriam os resultados alcançados nos grupos específicos, para a tentativa de um acordo maior, entre todos.

Explica-se: enquanto, com a participação do governo, empresários e empregados cuidassem de discutir os assuntos pertinentes a eles, sociais, os políticos, através dos partidos, dos governadores e do Congresso, tentariam algo semelhante, no âmbito de formação de ampla base de sustentação do Executivo. Ao mesmo tempo, defensores da estatização e da privatização buscariam pontos de entendimento, no campo da administração. E outros.

O pacto social, o pacto partidário e o pacto administrativo, dessa forma, ganhariam corpo e serviriam para sedimentar, junto com outros, o chamado grande pacto político nacional.

A alternativa havia sido examinada pelo falecido presidente Tancredo Neves, antes de adoecer. Ele chegou a falar no pacto social, como preliminar, e até lembrou que se essa linha fosse seguida, o Brasil estaria adotando fórmula diversa da Espanha. Porque lá, o início foi o Pacto de Moncloa, amplo, para criar um regime democrático até então inexistente sequer em seus detalhes. Havia a figura do rei, acima dos partidos e das correntes doutrinárias e ideológicas. Só dois anos depois viu-se celebrado o pacto social, entre patrões e empregados.

Aqui, supunha Tancredo, a situação se apresentava diferente. Afinal, ele fora eleito sem quebra das estruturas institucionais, até mesmo dentro das regras estabelecidas pela Velha República. A Nova República se completaria com o pacto, ou com a Assembléia Nacional Constituinte que se lhe seguisse, mas, grosso modo, eles não estavam começando do zero, como na Espanha. Não foi preciso revogar a Constituição, ainda que logo se começasse a preparar uma outra. Muito menos criar um Poder Legislativo de fato, pois este existia. Nem restabelecer a liberdade de imprensa ou remover todo o lixo autoritário, pois parte dele vinha sendo gradativamente removido.

Assim, a inclinação do presidente eleito seria, para começar, a de promover pactos setoriais. O social viria primeiro, restrito à composição de interesses ou ao estabelecimento de uma tréguia entre os empresários e os trabalhadores. Estes, mesmo sem se comprometer a não fazer mais greves, aceitariam certas condições de sacrifício. Aqueles, em escala maior, comprometer-se-iam a reduzir a espiral do aumento de preços, buscariam não despedir mais gente e examinariam uma revisão na mecânica salarial. Cada parte cederia um pouco, mas as duas chegariam a decisões comuns, sabendo que o de-

semprego se constitui no mais agudo ponto de estrangulamento da questão social, hoje. Seria fundamental a participação do terceiro ângulo do triângulo, o governo. No que se refere ao problema trabalhista, não mais seriam tomadas iniciativas isoladas pelo poder federal, sem a audiência de patrões e empregados.

Coisa igual aconteceria no plano dos partidos, com a participação do Congresso e dos Governadores. Seria a busca de uma base forte de sustentação do governo, mesmo que determinadas teses e muitos interesses de cada grupo tivessem de ser compostos, mesclados e refreados.

Quando o presidente José Sarney assumiu, entusiasmou-se pela inversão dos fatores da equação. Julgou conseguir, depois de consultas aos diversos segmentos sociais, o estabelecimento do que chamou de pacto político nacional amplo, isto é, um grande acordo envolvendo a sociedade inteira, nos seus aspectos partidário, social e administrativo. E outros. A coisa andou, mas não como ele esperava, precisamente porque obstáculos setoriais têm servido para refrear intenções globais. O varejo sobrepõe-se ao atacado, e a consequência tem sido o surto grevista ainda intenso, de um lado, bem como a confusão partidária, de outro, para não falar da cisão administrativa aberta em torno de pressupostos absolutos como os da estatização e da desestatização.

Nos próximos dias, Sarney examinará com seus assessores a hipótese de costurar de maneira diferente a celebração do grande acordo nacional. Talvez venha a incentivar o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a cuidar da questão social, assim como aceitou sugestões do governador Franco Montoro, para valer-se dos governadores no rumo da celebração de entendimentos partidários, capazes de evitar novos sustos ou impasses no Congresso. É possível que mobilize sua cúpula econômico-financeira para um diálogo e um debate amplo com as classes produtoras.

O grande problema que se coloca para o Palácio do Planalto é definir-se. Além de saber que os problemas se interligam em vasos comunicantes, deve falar uma única voz. Para sentar-se à mesa de patrões e empregados, de estatizantes e privatizantes, de PMDB e de PFL, necessita de uniformidade. Sarney não se exaspera com as críticas de inação ou indecisão, pois salienta que democracia é assim mesmo. O País acostumou-se a ver um governo sem cisões ou fricções aparentes, por conta do regime autoritário. Quando, de repente, surgem ministros em conflito, muita gente se espanta, mas os conflitos, mesmo internos, são próprios da democracia. É claro que não devem nem podem chegar ao exagero. Senão vira bagunça. Daí ele repetir sempre que uma vez tomadas as decisões no âmbito do governo, não há como deixarem de ser respeitadas no próprio governo. Aqui e ali, irrita-se e faz vista grossa, mas há um limite para tudo. Porque não haverá pacto, nem setorial nem amplo, se o Executivo não chegar a um estado de unidade aceitável.

Agência Estado

a pacto social